

Diagnóstico sobre a

saúde mental

dos magistrados e servidores
no contexto da pandemia da

covid-19



SAÚDE MENTAL
E COVID-19

CNJ | CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Humberto Martins

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira
Luiz Fernando Tomasi Keppen
Rubens de Mendonça Canuto Neto
Tânia Regina Silva Reckziegel
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro
Candice Lavocat Galvão Jobim
Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
Ivana Farina Navarrete Pena
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
André Luis Guimarães Godinho
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral

Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Richard Pae Kim

Diretor-Geral

Johaness Eck

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6
CEP: 70070-600 – Brasília-DF
CNPJ: 07.421.906/0001-29

www.cnj.jus.br

Diagnóstico sobre a

saúde mental

dos magistrados e servidores
no contexto da pandemia da

covid-19



SAÚDE MENTAL
E COVID-19

© 2020. CNJ | CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TODOS OS DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

EXPEDIENTE

GRUPO DE TRABALHO

(Instituído pela Portaria CNJ nº 6, de 19 de janeiro de 2016 e alterada pela Portaria CNJ nº 41, de 28 de fevereiro de 2020.)

Coordenador | Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Integrantes | Tânia Regina Silva Reckziegel • Carl Olav Smith
• Luiz Antônio Colussi • Maria Isabel da Silva • Rodnei Doreto Rodrigues • Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro • Fabiano Peixoto da Conceição • Raquel Wanderley da Cunha • Marcus Vinicius Wilmann Saar de Carvalho

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Diretora Executiva | Gabriela de Azevedo Soares

Diretor de Projetos | Igor Caires Machado

Diretor Técnico | Igor Guimarães Pedreira

Pesquisadores | Danielly Queirós • Elisa Colares

• Igor Stemler • Isabely Fontana da Mota

Estatísticos | Filipe Pereira • Davi Borges • Jaqueline Barbão

Apoio à Pesquisa | Alexander Monteiro • Cristianna Bittencourt

• Pâmela Tieme Aoyama • Pedro Amorim • Ricardo Marques

• Thatiane Rosa

Revisora | Marlene Bezerra

Estagiário | Rodrigo Ortega Tierno

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social | Rodrigo Farhat

Projeto gráfico | Eduardo Araújo

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 RESULTADOS	11
2.1 Perfil dos respondentes	12
2.2 Aspectos influenciadores na ocorrência da covid-19	15
2.3 Percepção dos servidores e magistrados acerca da própria saúde em relação à covid-19	22
2.4 Percepção dos servidores e magistrados sobre o trabalho realizado no período da pandemia da covid-19	29
3 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ANEXOS	39
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	47

Apresentação

A pandemia do novo coronavírus mudou o cotidiano da humanidade. Em poucos meses, os hábitos, as atividades e as rotinas ao redor do mundo passaram por profundas mudanças. Essas mudanças decorrem, em grande medida, da necessidade de isolamento social, principal recomendação das autoridades sanitárias e de saúde para evitar a propagação do novo coronavírus.

Em meio à pandemia, tivemos de lidar com o luto da perda de familiares e amigos. Passamos a temer por nossa própria saúde e pela daqueles que amamos e a conviver com a incerteza quanto ao futuro. O cenário de incertezas é agravado pela crise social e econômica decorrente da pandemia, que impactou diversos setores da sociedade, trazendo, dentre outras consequências, a redução ou a perda de renda por inúmeros brasileiros, com o aprofundamento das situações de vulnerabilidade social.

Nesse quadro, todos tivemos de adaptar as rotinas e ajustar os rumos. Em face da alta judicialização de questões relativas à pandemia, a qual se somou à habitualmente elevada demanda judicial, magistrados e servidores do Poder Judiciário tiveram de reforçar sua dedicação ao trabalho e se adaptar rapidamente às ferramentas do trabalho à distância.

Trata-se de uma soma de fatores que, sem dúvida, impacta na saúde mental de nossos magistrados e servidores, em maior ou menor medida.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o impacto da pandemia na saúde mental das pessoas é extremamente preocupante. A crise sanitária tem agravado os casos de ansiedade e de depressão, que já alcançavam altos índices no Brasil.

Conforme apontado pelo Relatório Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça em 2019, os transtornos mentais e comportamentais constituem a quarta maior causa de ausências ao trabalho registradas no Judiciário. Em 2018, foram 18.716 ocorrências de ausências com esse fundamento, o que corresponde a 10,1% do absenteísmo causado por doença. Ansiedade e depressão foram as principais doenças relatadas pelos servidores e magistrados.

Esses dados revelam que a saúde mental dos trabalhadores do Poder Judiciário é um assunto que deve ser objeto de atenção permanente pelo Conselho Nacional de Justiça, que deve atuar – como tem atuado – para que sejam proporcionadas as condições necessárias à manutenção da saúde mental de nossos magistrados e servidores, para que todos tenham qualidade de vida e satisfação no trabalho.

A atenção integral à saúde de nossos servidores e magistrados é objeto de política permanente do Conselho Nacional de Justiça, mediante a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída por meio da Resolução nº 207/2015.

Após um quadrimestre da pandemia do novo coronavírus, o Conselho Nacional de Justiça, por iniciativa do Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, realizou a pesquisa **SAÚDE MENTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**, produzida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias e cujos resultados são apresentados nesta publicação.

O objetivo do estudo que ora se apresenta é identificar os impactos da pandemia do novo coronavírus na saúde de magistrados e servidores, com diagnóstico a respeito das mudanças ocorridas no estado de saúde destes.

Atualmente, o Judiciário conta com 18.091 magistrados e 268.175 servidores em atividade, conforme consta do Relatório Justiça em Números 2020. A pesquisa em referência contou com 46.788 participantes, entre magistrados e servidores, que responderam ao questionário de forma voluntária, anônima e sigilosa durante quinze dias do mês de julho de 2020.

No período da pesquisa, apenas 5,6 % dos participantes desconfiavam que já haviam contraído a doença ou testado positivo para Covid-19. Esse dado reflete os esforços do Judiciário em prevenir o contágio pela doença a partir de medidas de distanciamento social. A pesquisa também revelou que praticamente todos os magistrados e servidores participantes adotam as medidas recomendadas para a prevenção do contágio, utilizando máscaras, evitando aglomerações e fazendo a adequada assepsia das mãos.

Com relação à saúde mental, os resultados evidenciam um cenário preocupante, no qual 47,8% dos respondentes declararam se sentir mais cansados do que antes da quarentena; 42,3% tiveram piora no humor; 48% tiveram alteração na rotina do sono e, dentre os sentimentos mais intensos, medo é o de maior relevância e atinge 50% dos participantes. Outros sentimentos frequentes, comuns em mais de 30% dos participantes, são: desânimo (36%), gratidão (33%), vontade de ajudar (32%) e esperança (30%).

Os dados compilados nesta pesquisa embasarão ações de incremento da proteção da saúde e da promoção do bem-estar dos trabalhadores da Justiça. Eles auxiliarão, por exemplo, nas avaliações, pelos Tribunais, acerca das atividades exercidas em regime de trabalho remoto e dos fatores de atenção para o retorno das atividades presenciais

O maior ativo do Poder Judiciário é o seu capital humano. São os trabalhadores da Justiça que viabilizam a realização de função precípua do Judiciário de resolver os conflitos e promover a paz social. Devemos zelar pela saúde de todos aqueles que contribuem para o cumprimento dessa nobre missão.

Ministro Dias Toffoli

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

1 Introdução

 Conselho Nacional de Justiça instituiu, em 2015, a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário por meio da Resolução nº 207. Entre os objetivos listados está a responsabilidade por definir princípios, diretrizes, estratégias e parâmetros para a implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores.

Para tanto, têm sido realizados levantamentos e estudos que permitem reconhecer os desafios para a promoção da saúde física e mental de servidores e magistrados, além de auxiliar no planejamento das estratégias para alcançá-la. Sendo assim, a referida política prevê o envio anual pelos tribunais dos indicadores e das informações relativos aos magistrados e servidores. Subsidiariamente foram realizadas, desde 2015, quatro pesquisas sob responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias.

A primeira delas, em 2015, realizada pela Fundação Vanzolini por meio do edital da série “Justiça Pesquisa”, que tratou sobre a relação do trabalho com a saúde mental na magistratura (CNJ, 2015a). No mesmo ano, foi aplicada pesquisa aos Tribunais com relação ao fornecimento de serviços de saúde a servidores e magistrados pelo Poder Judiciário (CNJ, 2015b). Dada a publicação da Resolução nº 207, foram realizadas pesquisas, em 2017 e 2019, a fim de analisar questões da saúde de servidores e magistrados por meio da avaliação do absenteísmo por motivo de saúde e a realização de exames periódicos de saúde (CNJ, 2017; CNJ, 2019).

Nesse último levantamento, foi possível identificar que transtornos mentais e comportamentais correspondem ao quarto grupo de doenças mais expressivo nas ausências ao trabalho em 2018, com 18.8716 ocorrências, correspondendo a 10,1% do absenteísmo-doença. Ansiedade e depressão foram as principais doenças relatadas pelos servidores e magistrados. A partir de 2020, os dados recebidos por ocasião da Resolução nº 207 passaram a ser disponibilizados na forma de painel, permitindo navegação mais livre a respeito do índice de absenteísmo e das principais doenças que causam afastamento ou que são diagnosticadas nos Exames Periódicos de Saúde. O painel está disponível no *link* <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/saude-res207>.

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, estima-se aumento de incidência de transtornos psíquicos entre um terço e metade da população em decorrência da pandemia da covid-19, a depender de diversos fatores, tais como: magnitude da pandemia na comunidade próxima, grau de vulnerabilidade psicossocial, o tempo e a qualidade das ações de prevenção e tratamento que são adotadas em resposta à pandemia.

Diante desse cenário, o Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, no uso de suas atribuições, previstas na Portaria nº 6/2016 do Conselho Nacional de Justiça, realizou a pesquisa “Saúde Mental de magistrados e servidores no contexto da pandemia da covid-19”, com o objetivo de identificar possíveis fatores de risco à saúde mental, considerando o atual contexto da pandemia da covid-19 e das medidas de trabalho remoto e possíveis situações de isolamento ou confinamento social a que se veem submetidos como forma de prevenção ou contenção do contágio.

Os questionários foram enviados eletronicamente com chave de acesso específica para cada Tribunal, conforme modelo anexo. Dessa forma, visou-se garantir a segurança no preenchimento, ao mesmo tempo em que foi possível garantir o anonimato e o sigilo dos respondentes. Os questionários ficaram disponíveis de 1º a 15 de julho de 2020. Segundo dados do Ministério da Saúde¹, nesse período registrava-se cerca de quarenta mil novos casos por dia no país.

O questionário dividiu-se em perguntas sobre perfil sociodemográfico, condições de prevenção ou de contenção do contágio, de realização do trabalho remoto e de saúde de modo geral. Com base nessas informações, este relatório apresentará os resultados encontrados em quatro seções. Na primeira, serão expostas informações sobre o perfil dos respondentes, em seguida serão tratados os principais dados relacionados à pandemia da covid-19, são eles: os aspectos influenciados na ocorrência da covid-19; a percepção dos respondentes acerca de sua própria saúde; e a percepção dos respondentes com relação ao trabalho remoto realizado no período da pandemia.

Além deste relatório, o CNJ entrega à sociedade e aos tribunais consulta a um painel produzido especificamente com os dados desta pesquisa, com o panorama da situação que tem sido vivenciada pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário no enfrentamento à pandemia da covid-19. Por meio do painel, disponibilizado no *link* www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis-cnj/saude-mental-covid-19 podem-se consultar estatísticas detalhadas por tribunal, por cargo, por sexo e por estado civil. Esse grande conjunto de informações proporcionará um retrato completo e detalhado a respeito dos impactos da pandemia na saúde dos funcionários e, assim, será possível tomar as medidas necessárias em busca do bem-estar e da qualidade de vida dos magistrados e servidores, com vistas a permitir que o Poder Judiciário permaneça realizando seu trabalho com eficiência e com responsabilidade.



ACESSE O PAINEL DOS
IMPACTOS DA PANDEMIA
NA SAÚDE MENTAL

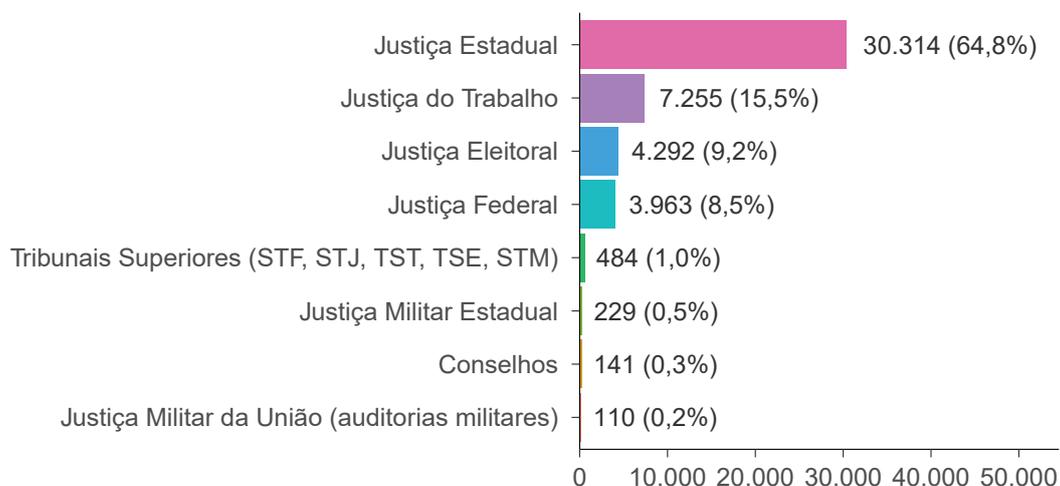
¹https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html Acesso em: 17 de agosto de 2020.

2 Resultados

Participaram da pesquisa 46.788 respondentes, sendo 3.591 magistrados (19,8% do total de magistrados) e 43.197 servidores (16,1% do total de servidores).

O número de respondentes por segmento de justiça pode ser verificado na Figura 1. Observa-se que 64,8% dos respondentes estão lotados na Justiça Estadual, sendo que esse ramo de justiça possui aproximadamente 64,9% do total de magistrados e servidores do Poder Judiciário. A Justiça do Trabalho, com representatividade nacional de 14,7%, obteve 15,5% das respostas; a Justiça Federal, com 10,3% do universo, teve 8,5% das respostas; e a Justiça Eleitoral, com 8,6% do universo, teve 9,2% das respostas, o que mostra um perfil de participantes da pesquisa equiparado com a distribuição do total de magistrados e servidores por segmento de justiça.

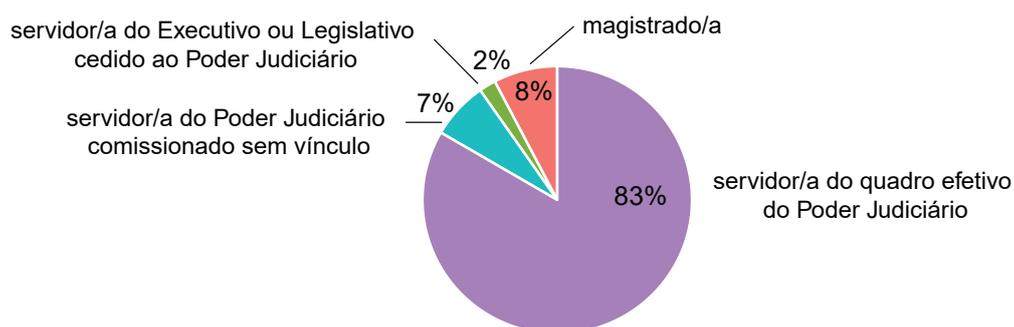
FIGURA 1 – NÚMERO DE RESPONDENTES POR SEGMENTO DE JUSTIÇA



2.1 Perfil dos respondentes

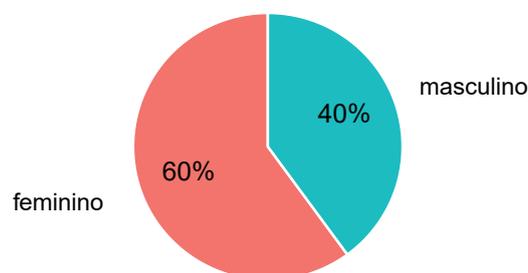
Ao analisar cada característica dos respondentes individualmente, observa-se que 83% são servidores do quadro efetivo do Poder Judiciário, 7,7% são magistrados, 6,9% são comissionados sem vínculo com a administração e 2% são servidores dos Poderes Executivo ou Legislativo, cedidos para o Poder Judiciário (Figura 2). Quanto ao sexo, 60% são do sexo feminino e 40% do sexo masculino (Figura 3). Autodeclararam-se como brancos 71% dos respondentes e 26,3% das pessoas informaram que são pretas ou pardas (Figura 4). Dentre os magistrados, esse percentual de pretos e pardos cai para 17,4%. No que se refere ao estado civil, 67% são casados ou estão em união estável com pessoa de outro sexo, 21% são solteiros e 9,3% são divorciados ou separados (Figura 5). A idade média dos participantes é de 44 anos, 34% dos respondentes possuem entre 40 e 49 anos de idade e apenas 4,4% são idosos, ou seja, possuem mais de 60 anos (Figura 6). Além disso, os participantes estão, em média, há 13 anos no cargo que ocupam atualmente.

FIGURA 2 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A CARREIRA



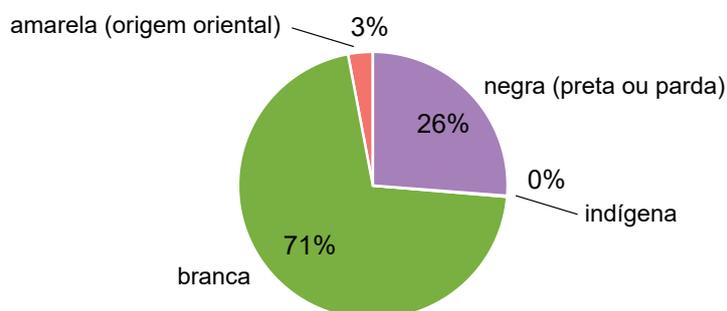
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 3 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR SEXO



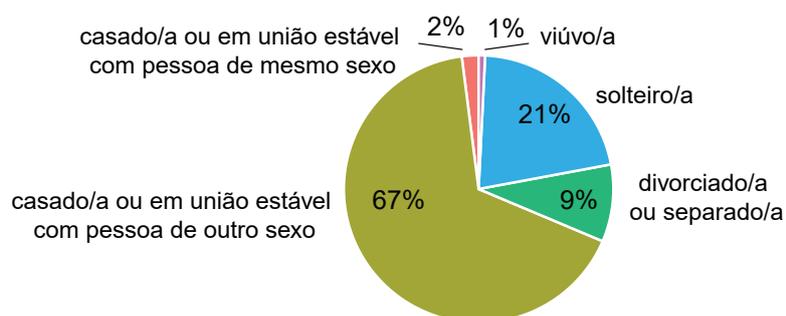
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 4 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR RAÇA/COR



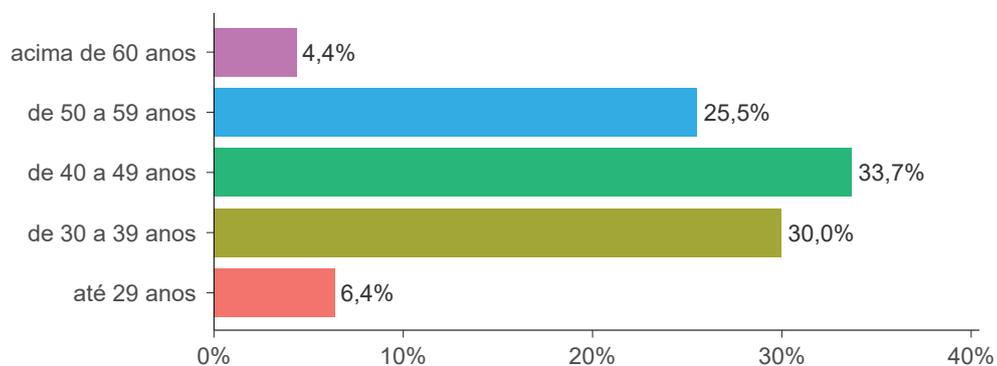
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 5 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR ESTADO CIVIL



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 6 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

A Figura 7 apresenta o perfil global dos participantes, reunindo as características anteriormente elencadas. Verifica-se que 22,5% do total de respondentes são servidoras públicas do quadro efetivo do Poder Judiciário, brancas, casadas ou em união estável com um homem e possuem entre 30 e 59 anos, enquanto 14,6% dos respondentes são homens, servidores públicos do quadro efetivo do Poder Judiciário, brancos, casados ou em união estável com uma mulher e possuem entre 30 e 59 anos.

FIGURA 7 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME O PERFIL INFORMADO

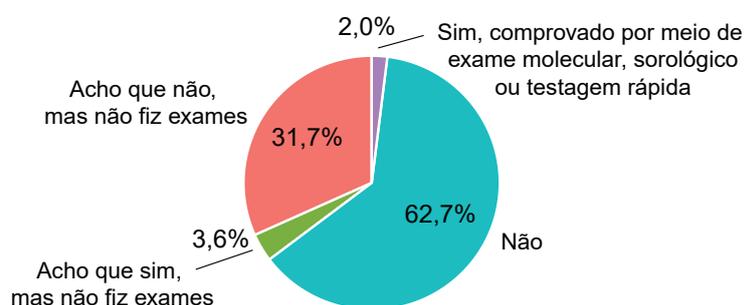


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

2.2 Aspectos influenciadores na ocorrência da covid-19

Aproximadamente 2% dos magistrados e servidores foram diagnosticados com covid-19, seja por meio de exame molecular, sorológico ou por testagem rápida, enquanto 3,6% acham que foram infectados pela doença, mas não fizeram exame, conforme a Figura 8.

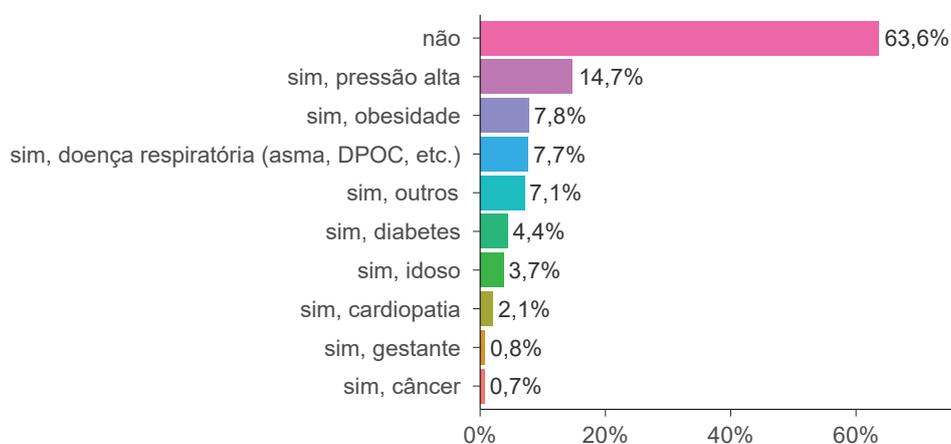
FIGURA 8 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME O DIAGNÓSTICO DE COVID-19



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

A maior parte dos magistrados e servidores (63,6%) não pertence ao grupo de risco da doença covid-19, conforme a Figura 9. Dos que estão no grupo de risco, a maioria possui pressão alta, obesidade ou doenças respiratórias. Apesar de o percentual de pessoas com 60 anos ou mais equivaler a 4,4% dos respondentes, apenas 3,7% declararam pertencer ao grupo de risco em razão desse motivo.

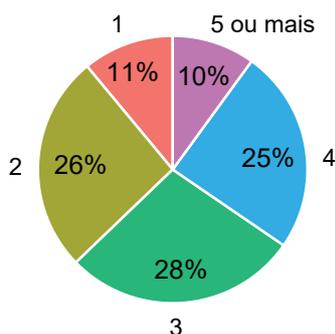
FIGURA 9 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME PERTENCIMENTO A GRUPO DE RISCO



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

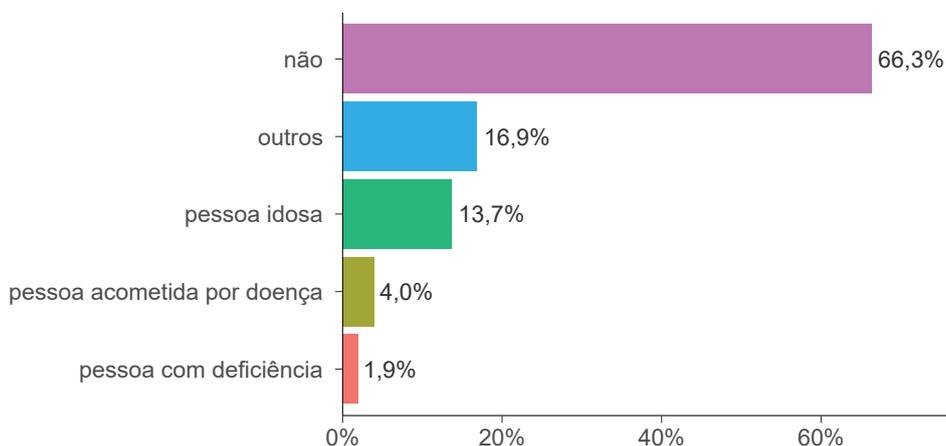
Verifica-se, nas Figuras 10 e 11, que 71% dos magistrados e servidores residem com 2, 3 ou 4 pessoas e 66% não residem com pessoa que exige rotina diária de cuidados deles. Dos que necessitam cuidar de outras pessoas, 41% cuidam de idosos, 12% cuidam de pessoas acometidas por doenças e 6% cuidam de pessoas com deficiência. Apenas 11% dos respondentes moram sozinhos.

FIGURA 10 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME O NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM NA RESIDÊNCIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

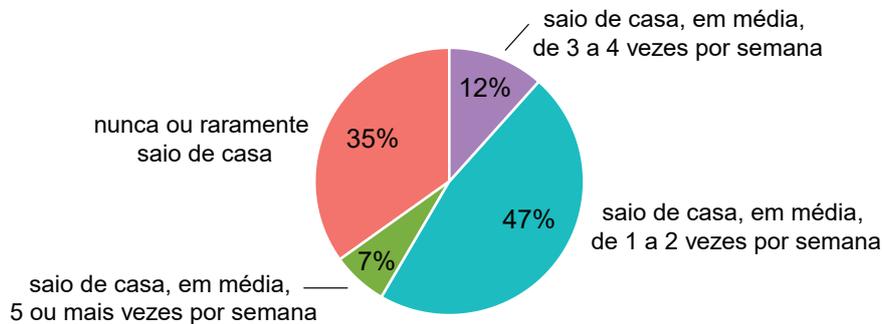
FIGURA 11 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME RESIDÊNCIA COM PESSOA QUE EXIGE CUIDADOS DIÁRIOS



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Com relação ao grau de isolamento social, observa-se na Figura 12 que 81% dos magistrados e servidores praticamente não saem de casa ou saem, em média, de 1 a 2 vezes por semana. Apenas 7% saem em média 5 ou mais vezes por semana.

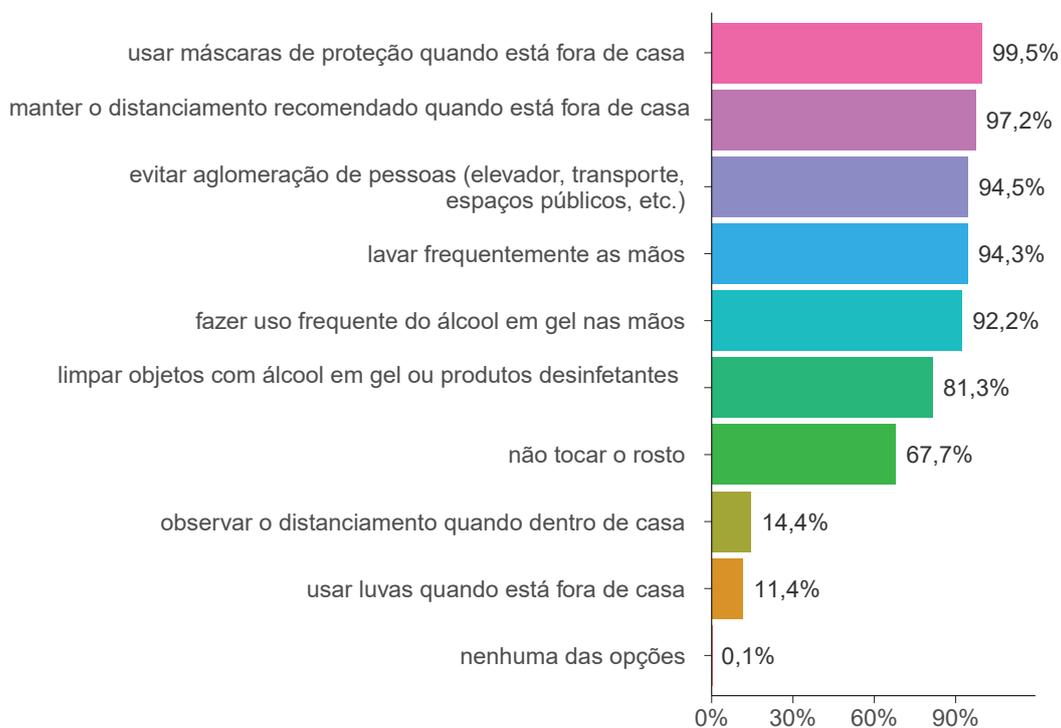
FIGURA 12 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR GRAU DE ISOLAMENTO SOCIAL



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Quase todos os servidores e magistrados informaram que utilizam máscaras de proteção e mantêm o distanciamento social quando estão fora de casa, evitam aglomerações, lavam as mãos frequentemente e fazem uso de gel nas mãos para evitar o contágio com covid-19 (Figura 13).

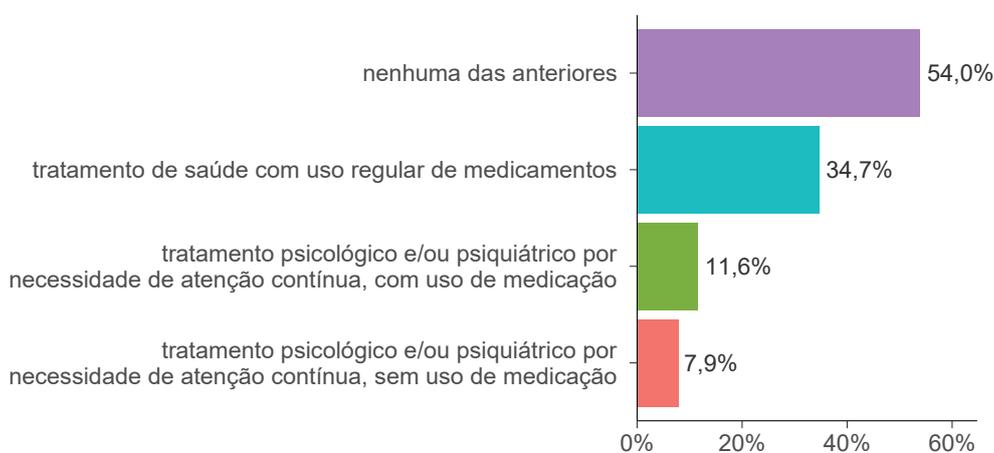
FIGURA 13 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME AS MEDIDAS PARA EVITAR O CONTÁGIO



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Com relação às condições de saúde antes da pandemia (Figura 14), mais da metade (54%) não utilizavam medicamentos regularmente para o tratamento de sua saúde ou não se tratavam com psicólogos e psiquiatras por necessidade de atenção contínua, 35% tratavam-se com uso regular de medicamentos e 19,5% tratavam-se com psicólogos e psiquiatras por necessidade de atenção contínua. Destaca-se que 11,5% dos magistrados e servidores utilizavam medicamentos regularmente para o tratamento de sua saúde e se tratavam com psicólogos e psiquiatras por necessidade de atenção contínua.

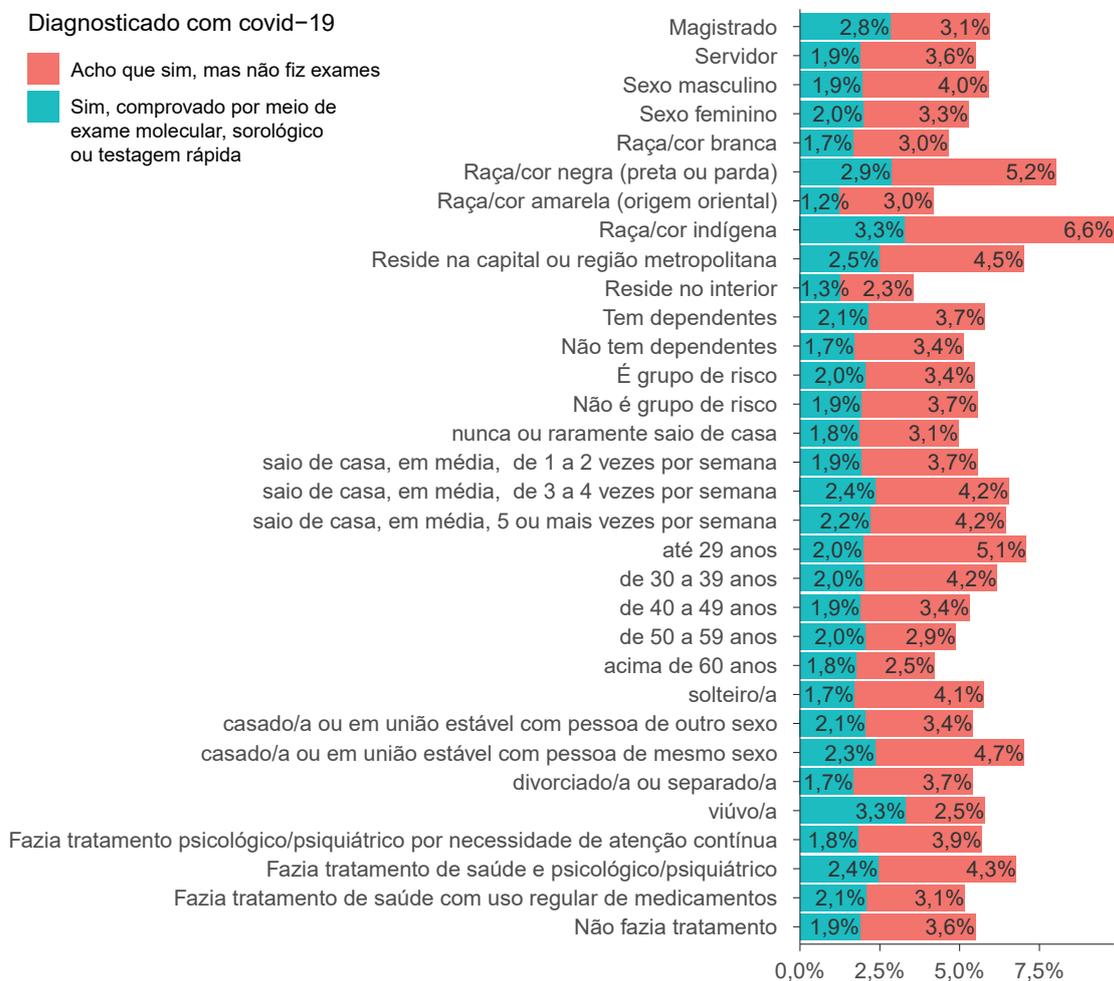
FIGURA 14 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME AS CONDIÇÕES DE SAÚDE ANTES DA PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

A Figura 15 mostra que 2,8% dos magistrados foram diagnosticados com covid-19 e 3,1% acham que foram infectados pelo vírus, mas não fizeram o exame. Com relação aos servidores, os percentuais são, respectivamente, de 1,9% e 3,6%. Os magistrados e servidores residentes no interior possuem o menor percentual de diagnosticados com covid-19 (1,3%). Os grupos que aparecem com os maiores percentuais de contaminação pelo novo coronavírus são os indígenas (3,3%), os negros (2,9%) e os viúvos (3,3%). Os indígenas e viúvos possuem relativamente baixa representatividade na pesquisa, com 61 e 363 respostas, respectivamente.

FIGURA 15 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES QUE FORAM DIAGNOSTICADOS COM COVID-19 OU ACHAM QUE FORAM INFECTADOS PELA DOENÇA, CONFORME O PERFIL INFORMADO



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Como forma de identificar as características que mais influenciaram no diagnóstico da covid-19 entre os magistrados e servidores, utilizou-se um modelo de regressão logística, cuja variável resposta representa a chance de ter sido diagnosticado com covid-19 em relação a não ter sido diagnosticado com covid.

Inicialmente, foram testadas as seguintes características no modelo: magistrado/servidor; faixa etária; número de pessoas na residência; cor/raça; sexo; estado civil; reside no interior, capital ou região metropolitana; faz parte do grupo de risco ou não; reside com pessoa que exige cuidados diários ou não; possui dependentes ou não; grau de isolamento social; e se faz tratamento de saúde ou psicológico/psiquiátrico.

Utilizando a técnica *Stepwise Backward* para seleção das variáveis do modelo, as características faixa etária; cargo (servidor ou magistrado), cor/raça, reside no interior, capital ou região metropolitana; possui dependentes ou não; grau de isolamento social; e se faz tratamento de saúde ou psicológico/psiquiátrico foram significativas no modelo.

Os valores dos coeficientes para cada variável do modelo de regressão logística, assim como os respectivos desvios padrões, estatísticas Z-score e P-valores constam na Tabela 1. Isso significa dizer que o número de pessoas na residência, o sexo e o estado civil são questões que não impactam significativamente na probabilidade de um magistrado ou servidor do Poder Judiciário ter sido contaminado pelo novo coronavírus.

TABELA 1 – ESTATÍSTICAS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Variável	Coeficientes	Desvio-Padrão	Z	P-valor
(Intercepto)	-4,80	0,20	-24,06	0,0000
Magistrado	0,42	0,11	3,82	0,0001
Faixa etária: até 29 anos	0,67	0,22	3,03	0,0025
Faixa etária: de 30 a 39 anos	0,47	0,18	2,55	0,0108
Faixa etária: de 40 a 49 anos	0,20	0,18	1,11	0,2651
Faixa etária: de 50 a 59 anos	0,25	0,18	1,35	0,1774
Raça/cor amarela (origem oriental)	-0,15	0,25	-0,59	0,5582
Raça/cor indígena	0,62	0,73	0,85	0,3973
Raça/cor negra (preta ou parda)	0,53	0,07	7,51	0,0000
Reside: capital	0,82	0,08	10,57	0,0000
Reside: região metropolitana	0,35	0,13	2,68	0,0073
Possui dependentes	0,21	0,08	2,77	0,0056
Isolamento social: saio de casa, em média, de 1 a 2 vezes por semana	0,12	0,08	1,56	0,1187
Isolamento social: saio de casa, em média, de 3 a 4 vezes por semana	0,36	0,11	3,28	0,0010
Isolamento social: saio de casa, em média, 5 ou mais vezes por semana	0,29	0,14	2,12	0,0337
Tratamento de saúde	0,17	0,08	2,10	0,0356
Tratamento de saúde e psicológico/psiquiátrico	0,37	0,12	3,16	0,0016
Tratamento psicológico/psiquiátrico	0,03	0,11	0,23	0,8214

Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Dessa forma, verifica-se que a chance de um servidor ou magistrado com menos de 40 anos ter sido infectado pela covid-19 é maior do que a de um idoso (mais de 60 anos), sendo que quanto mais novo, mais acentuada é tal probabilidade. Os colaboradores com até 29 anos possuem 96% mais chance de serem infectados e os da faixa de 30 a 39 anos, 60% mais de chance de infecção do que os idosos, conforme a Figura 16.

Já os residentes na capital tinham, na data de realização da pesquisa, 126% mais chance de serem infectados pela covid-19 do que os residentes no interior, enquanto que os residentes nas regiões metropolitanas tinham 41% mais chance de infecção.

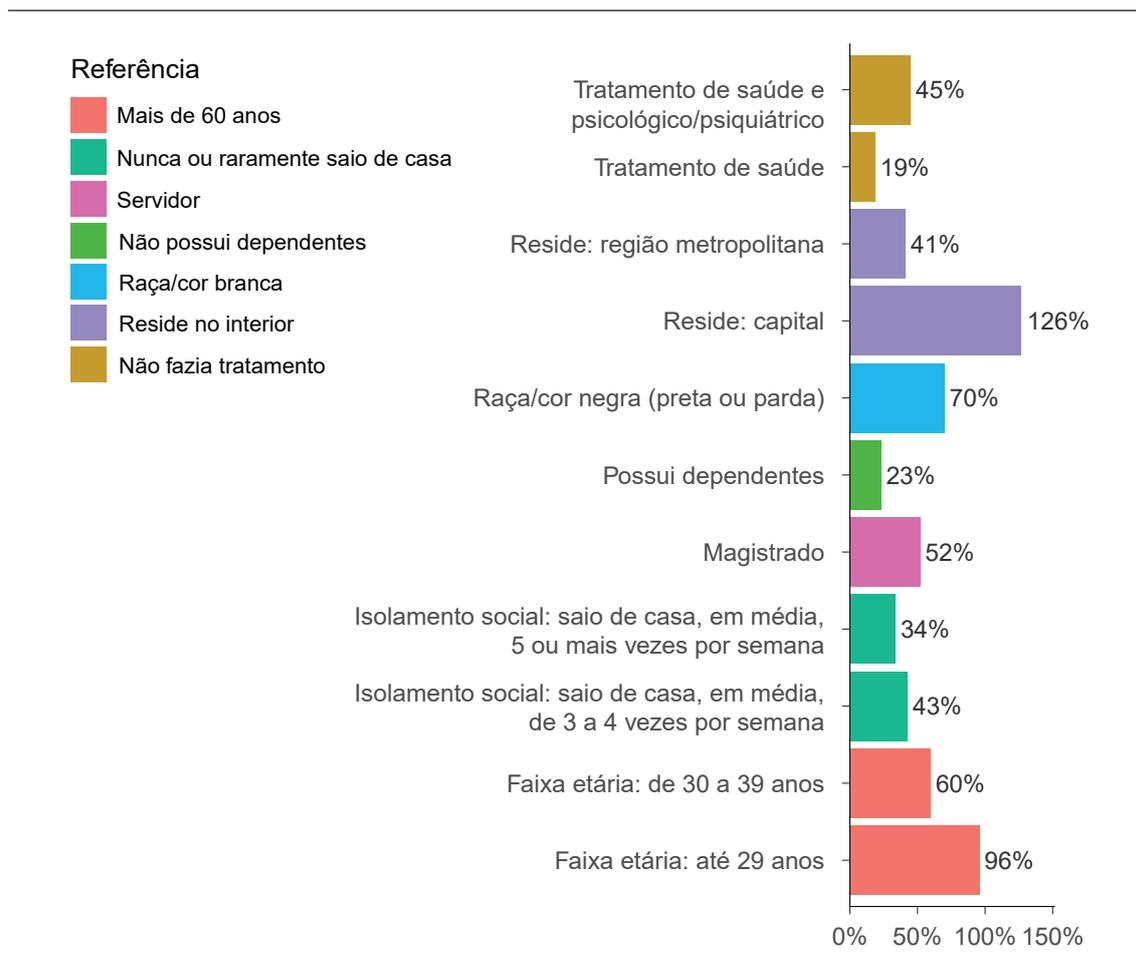
Os magistrados possuem 52% a mais de chance de pegar o novo coronavírus do que os servidores.

Os servidores e magistrados que faziam tratamento de saúde com uso regular de medicamentos ou que faziam tratamento psicológico/psiquiátrico por necessidade de atenção contínua antes da pandemia da covid-19 apresentaram 45% mais chance de serem infectados pela covid-19. Já os servidores e magistrados que têm dependentes possuem 23% a mais de chance de infecção. Quanto ao componente raça/cor, a probabilidade de um colaborador da cor negra ter sido contaminado pelo novo coronavírus é 70% maior do que um branco

Em relação ao grau de isolamento social, os magistrados e servidores que saem de casa, em média, cinco ou mais vezes por semana apresentam 34% mais chances de infecção pela covid-19 do que os que nunca ou raramente saem de casa. Essa probabilidade aumenta para 43% entre os que saem de três a quatro vezes por semana.

É relevante lembrar que no Brasil há baixo índice de testagem, além de exames falsos negativos, o que pode influenciar os resultados apresentados.

FIGURA 16 – CHANCE DE SER INFECTADO PELA COVID-19 EM RELAÇÃO AO PERFIL DE REFERÊNCIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

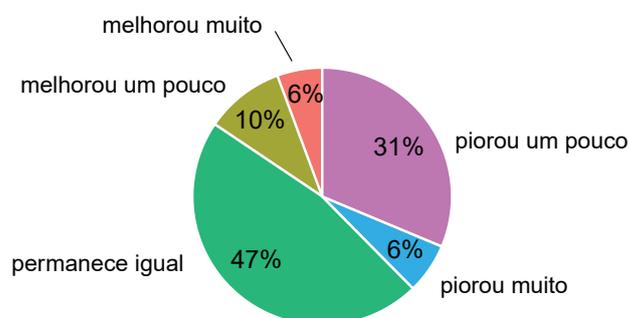
2.3 Percepção dos servidores e magistrados acerca da própria saúde em relação à covid-19

Aproximadamente 16% dos magistrados e servidores pesquisados consideram que seu estado de saúde geral melhorou em relação às suas condições antes da pandemia. O estado de saúde geral permanece igual para 47% e piorou para 37% (Figura 17).

Cerca de 25% dos magistrados e servidores têm se sentido menos cansado, 27% igualmente cansado e 48% mais cansados (Figura 18). Em relação ao humor, 11% consideraram que mudou para melhor, 36% consideraram que não mudou e 53% avaliam que houve piora (Figura 19).

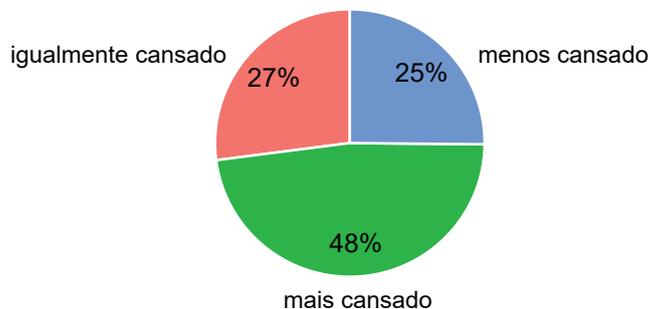
Ao analisar essas três características conjuntamente, verifica-se, pela Figura 20, que um a cada quatro magistrados e servidores (25,7%) responderam que tanto sua saúde como o cansaço e o humor pioraram em comparação às suas condições antes da pandemia. Apenas 10,6% informaram que as três características permaneceram as mesmas e somente 5,3% se sentem melhores, simultaneamente, em relação ao estado geral de saúde, cansaço e humor.

FIGURA 17 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEPÇÃO DA SAÚDE GERAL ANTES DA PANDEMIA



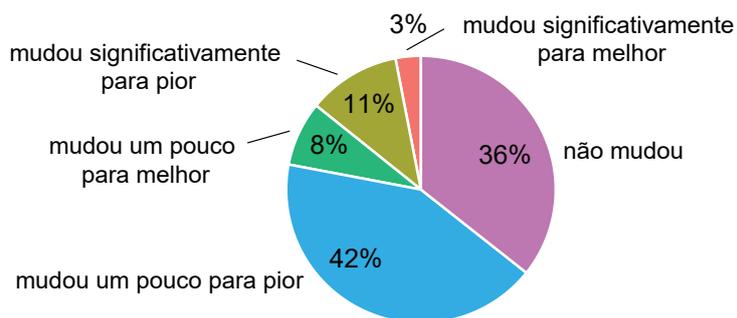
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 18 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEPÇÃO DE SEUS SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR À PANDEMIA



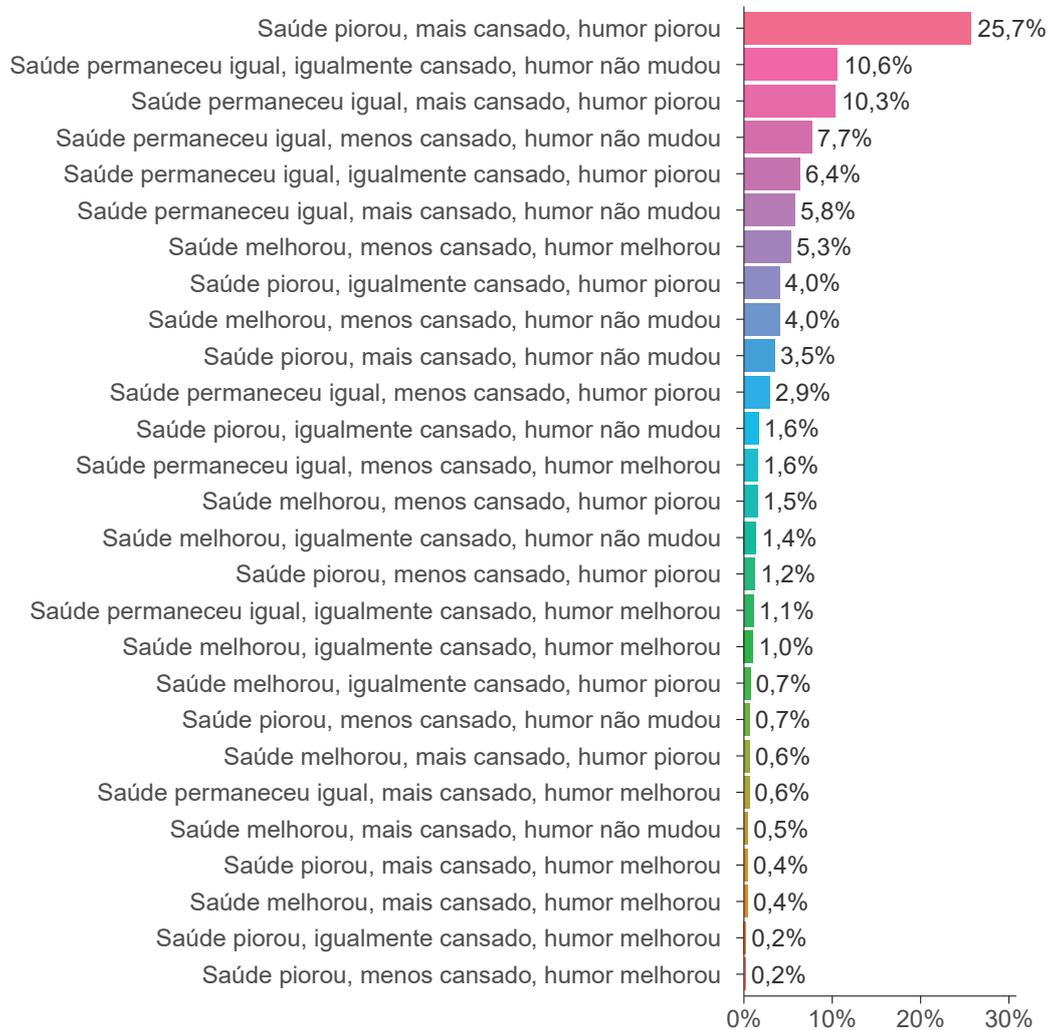
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 19 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEPÇÃO DA MUDANÇA DE HUMOR DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 20 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEPÇÃO DA SAÚDE GERAL, DOS SENTIMENTOS E DAS MUDANÇAS DE HUMOR DURANTE A PANDEMIA

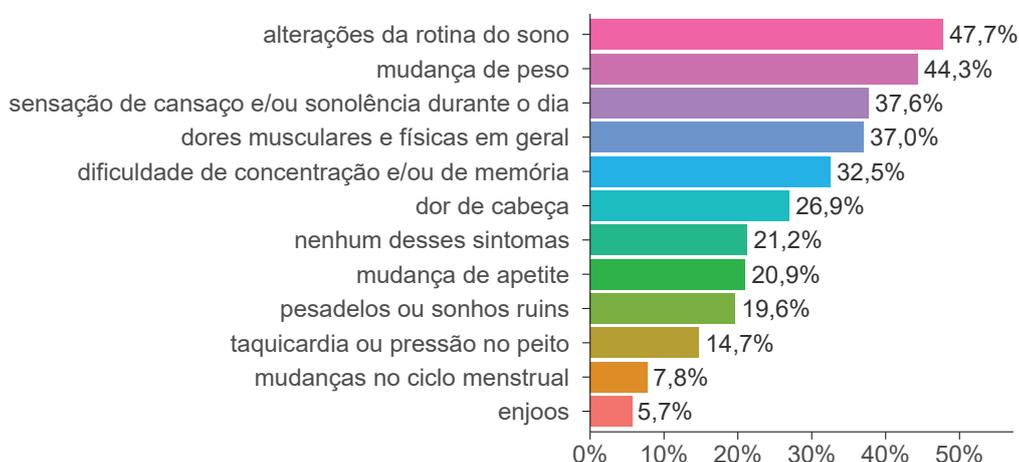


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Os magistrados e servidores têm apresentado com maior frequência durante a pandemia da covid-19 alteração na rotina do sono (47,7%), mudança de peso (44,3%), sensação de cansaço ou sonolência (37,6%) e dores musculares e físicas em geral (37%).

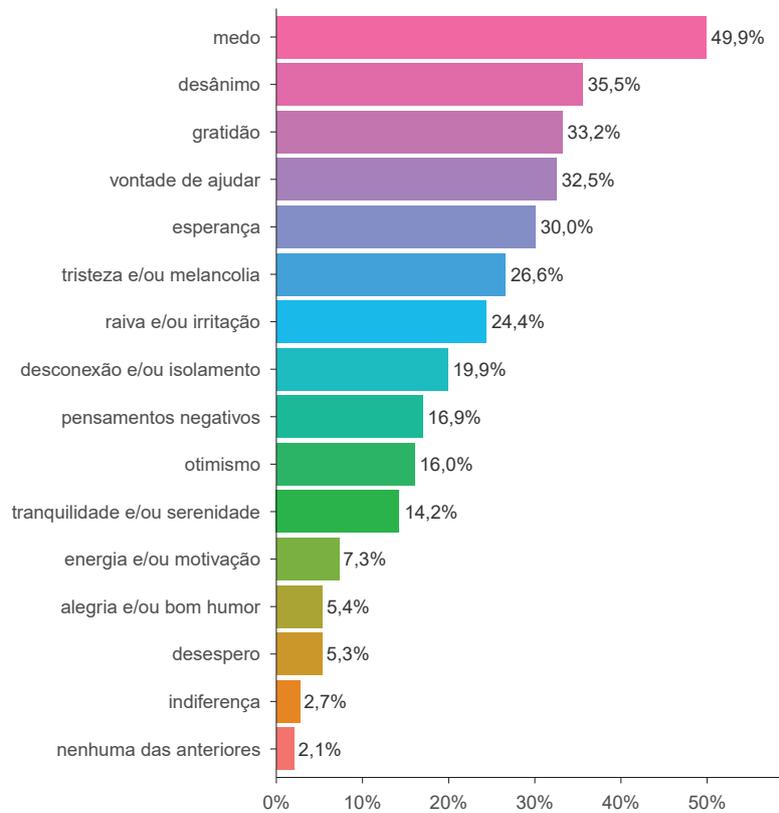
Foi solicitado no questionário que os participantes assinalassem até três sentimentos mais frequentes durante a pandemia, com base em uma lista equilibrada de itens positivos e negativos. O medo (50%), o desânimo (36%), a gratidão (33%), a vontade de ajudar (32%) e a esperança (30%) são as sensações mais frequentes, conforme observado na Figura 22. Há uma mescla de sentimentos positivos e negativos percebidos pelos magistrados e servidores, pois quase a metade (46%) tem sentimentos bons e ruins simultaneamente, 32% têm somente sentimentos ruins e 20% têm somente sentimentos bons (Figura 23).

FIGURA 21 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEPÇÃO DE SINTOMAS COM MAIOR FREQUÊNCIA DURANTE A PANDEMIA



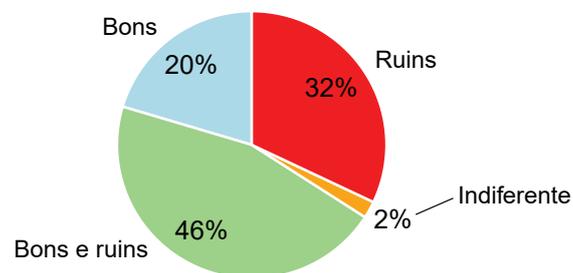
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 22 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A PERCEÇÃO DE SENTIMENTOS COM MAIOR FREQUÊNCIA DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

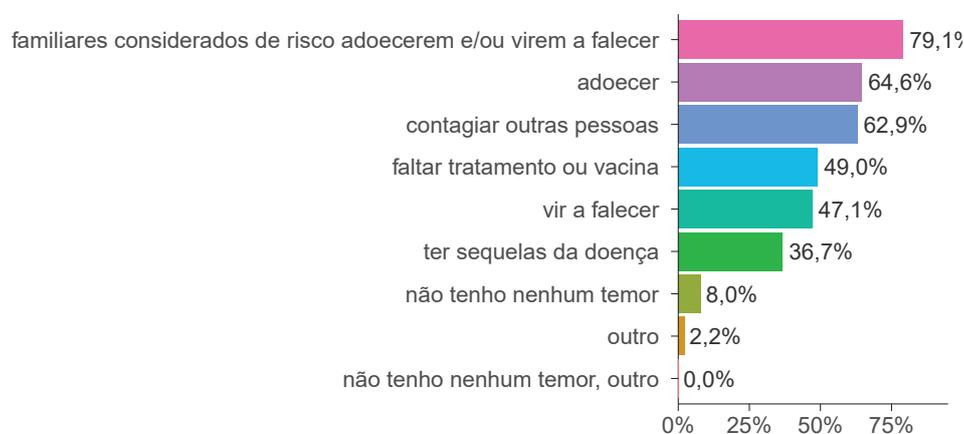
FIGURA 23 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES POR TIPO DE SENTIMENTO DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

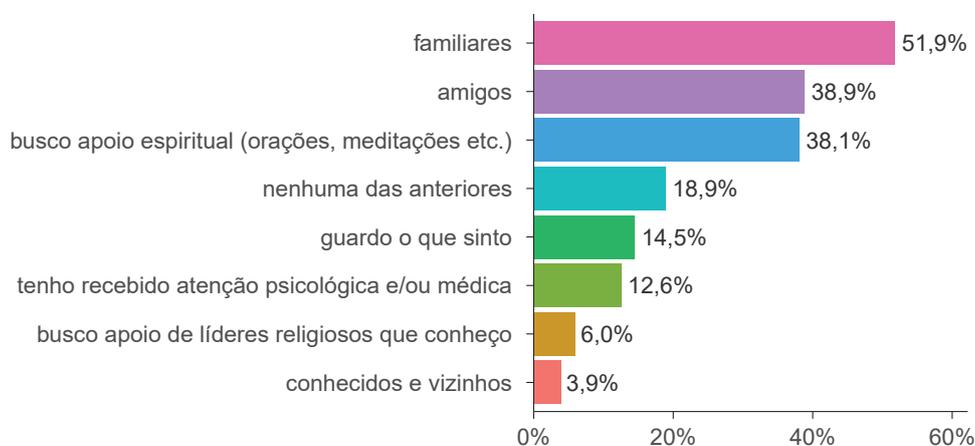
Questionados sobre os maiores temores em razão das mudanças nas condições de vida causadas pela pandemia da covid-19, a maioria dos magistrados e servidores informou que tem medo de que os familiares pertencentes ao grupo de risco possam adoecer ou falecer (79,1%). A maioria também tem receio de adoecer (64,6%) ou de contagiar outras pessoas (62,9%). Os familiares, amigos e apoio espiritual são as principais redes de apoio que servidores e magistrados utilizam para pedir conselho ou buscar consolo, sendo que 14,5% dos respondentes afirmaram que guardam para si seus sentimentos (Figuras 24 e 25).

FIGURA 24 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME OS TEMORES EM RAZÃO DAS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA CAUSADAS PELA COVID-19



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

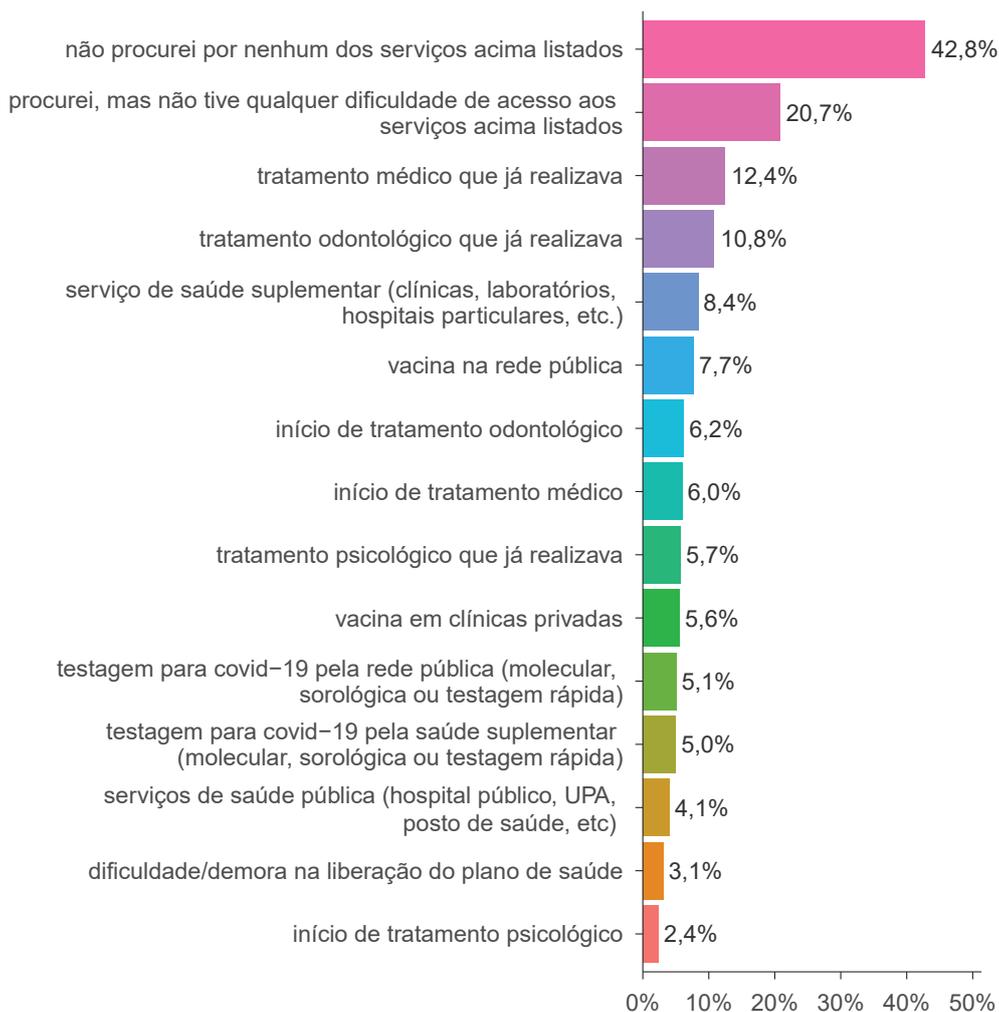
FIGURA 25 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A REDE DE APOIO UTILIZADA PARA PEDIR CONSELHO OU BUSCAR CONSOLO DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Questionados sobre as eventuais dificuldades de acesso a serviços de saúde, seja na rede pública, seja na rede privada, a maioria não relatou dificuldade, uma vez que não procuraram pelos serviços listados na Figura 26, ou procuraram e tiveram sucesso na obtenção do atendimento desejado. Dos que apresentaram dificuldade, o principal motivo foi a continuidade do tratamento médico ou odontológico que já realizavam.

FIGURA 26 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A DIFICULDADE DE ACESSO A SERVIÇOS DURANTE A PANDEMIA

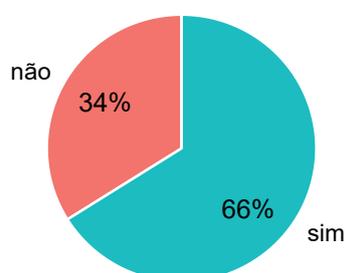


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

2.4 Percepção dos servidores e magistrados sobre o trabalho realizado no período da pandemia da covid-19

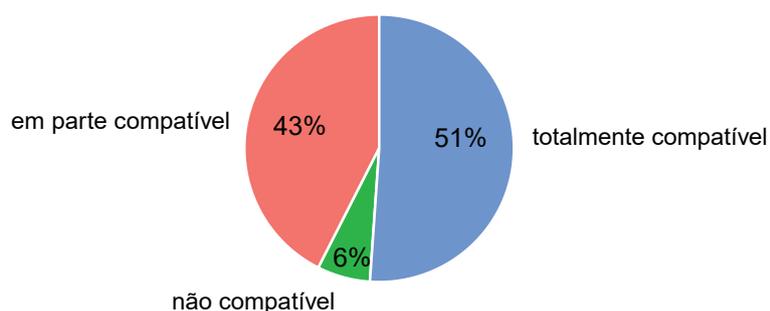
Aproximadamente 66% dos magistrados e servidores informaram trabalhar com atendimento ao público antes do início da pandemia da covid-19 (Figura 27), sendo que 51% informou ter total compatibilidade das atividades com trabalho remoto e 43% ter compatibilidade parcial (Figura 28).

FIGURA 27 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES QUE TRABALHAVAM COM ATENDIMENTO AO PÚBLICO ANTES DO INÍCIO DA PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 28 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A COMPATIBILIDADE DAS ATIVIDADES COM O TRABALHO REMOTO

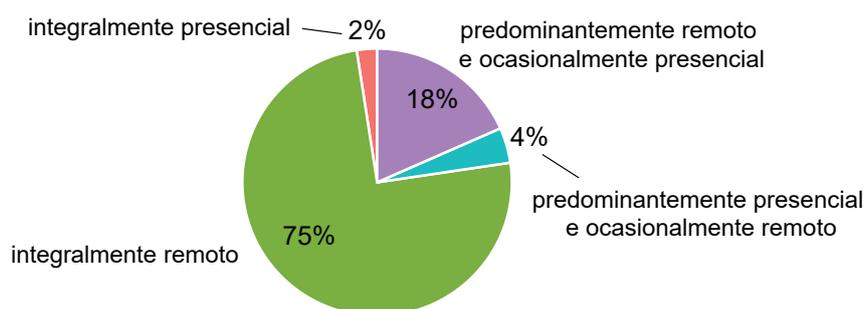


Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Em decorrência da pandemia da covid-19, 75% dos servidores e magistrados estão realizando suas atividades de forma integral via trabalho remoto (Figura 29), 46% têm recebido volume de trabalho igual ao período anterior à pandemia (Figura 30) e 48% têm dedicado mais horas do dia para realização das atividades relacionadas diretamente ao trabalho (Figura 31).

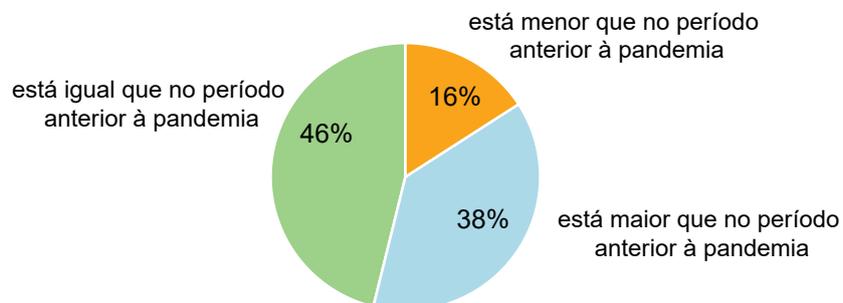
Destaca-se nas Figuras 32 e 33 que 49,1% dos magistrados e servidores que estão integralmente em trabalho remoto consideram que o volume de trabalho não mudou e somente 12,8% consideram que o volume diminuiu, além disso 48,3% consideram que têm dedicado mais horas do dia para realização das atividades relacionadas diretamente ao trabalho. Já em relação aos que trabalham integralmente ou predominantemente presencial, o volume de trabalho aumentou para praticamente um terço dos respondentes, permanece o mesmo para outro terço e diminuiu para quase um terço dos magistrados e servidores. Ou seja, em geral, as pessoas que estão em regime de trabalho remoto percebem que estão trabalhando mais, mesmo nos casos em que não houve aumento de demanda.

FIGURA 29 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DURANTE O TRABALHO REMOTO ESTIPULADO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA



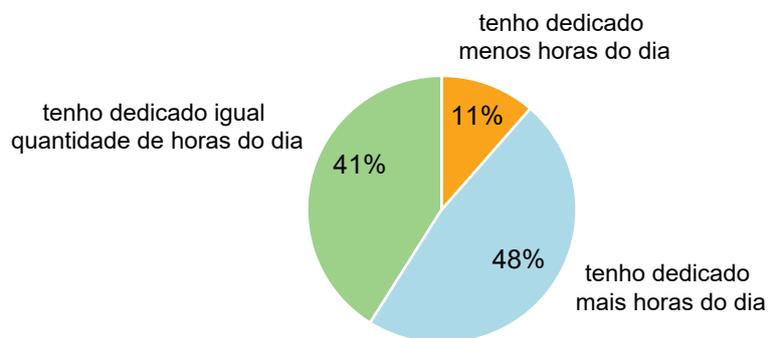
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 30 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME O VOLUME DE TRABALHO RECEBIDO DURANTE O TRABALHO REMOTO ESTIPULADO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA



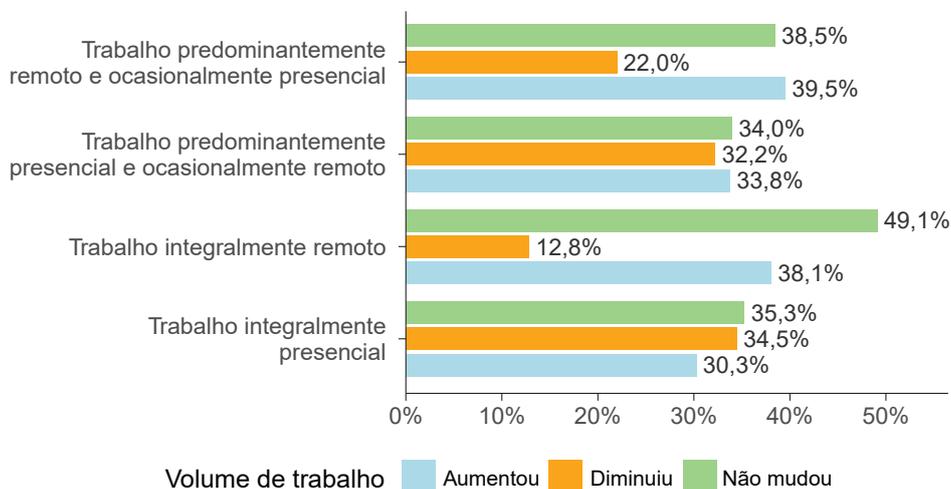
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 31 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS DIRETAMENTE AO TRABALHO DURANTE O TRABALHO REMOTO ESTIPULADO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA



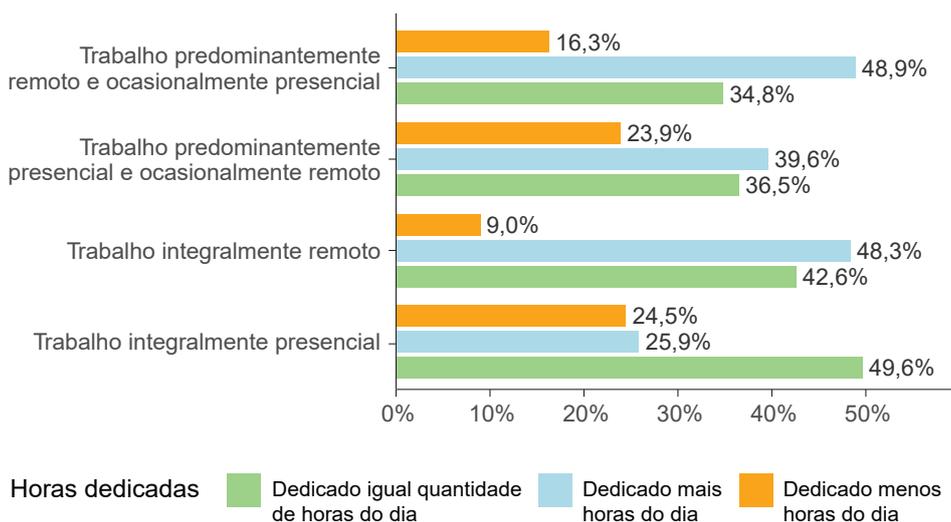
Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 32 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A REALIZAÇÃO DO TRABALHO E DO VOLUME DE TRABALHO DURANTE O TRABALHO REMOTO ESTIPULADO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 33 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME A REALIZAÇÃO DO TRABALHO E DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS DIRETAMENTE AO TRABALHO DURANTE O TRABALHO REMOTO ESTIPULADO EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

O trabalho é a atividade que toma a maior parte do tempo para 95,2% dos magistrados e servidores durante a pandemia da covid-19, seguida pela limpeza de casa, roupas, entre outros (61,9%) e preparação das refeições (52,3%), conforme a Figura 34.

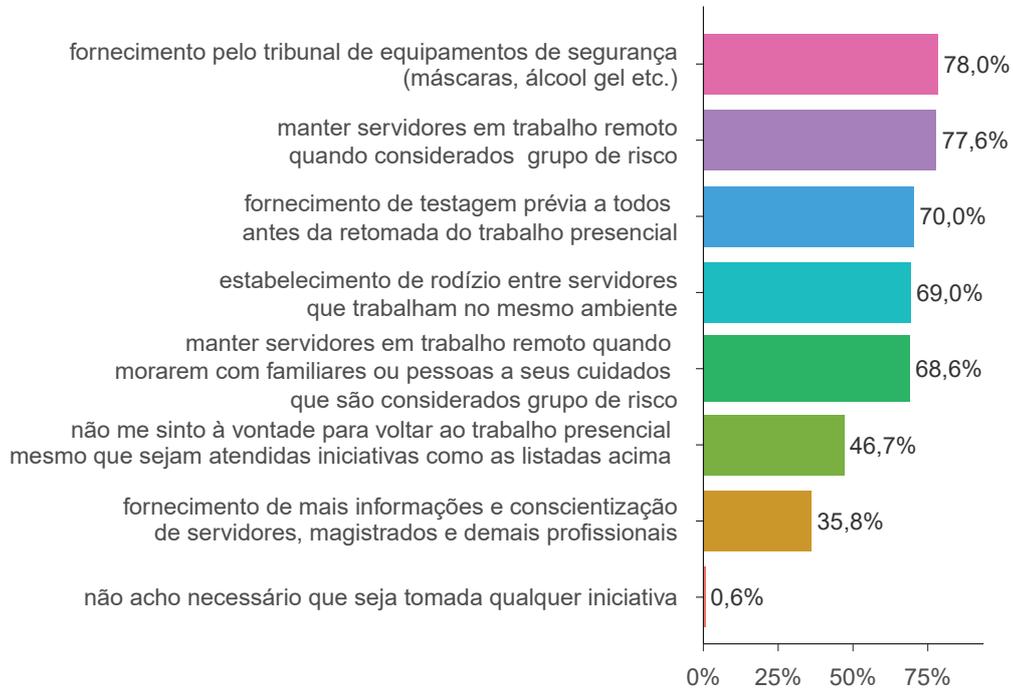
Com relação às iniciativas que os magistrados e servidores gostariam que fossem tomadas para se sentirem seguros na retomada do trabalho presencial, verifica-se na Figura 35 que mais de 68% dos respondentes gostariam que equipamentos de segurança como máscaras, álcool em gel, entre outros fossem fornecidos pelo tribunal; que os funcionários considerados de grupo de risco fossem mantidos em trabalho remoto; que fossem realizadas testagens prévias a todos antes da retomada do serviço presencial; que fosse estabelecido rodízio entre os servidores que trabalham no mesmo ambiente; e que os servidores que moram com pessoas consideradas de grupo de risco também pudessem permanecer em trabalho remoto.

FIGURA 34 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME AS PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE TOMAM O MAIOR TEMPO DURANTE A PANDEMIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

FIGURA 35 – PERCENTUAL DE RESPONDENTES CONFORME AS INICIATIVAS QUE GOSTARIA QUE FOSSEM TOMADAS PARA SE SENTIR SEGURO NA RETOMADA DO TRABALHO PRESENCIAL



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2020.

3 Conclusão

Esta pesquisa permitiu identificar que, até 15 de julho de 2020, apenas 2,8% dos magistrados e 1,9% dos servidores do Poder Judiciário havia recebido diagnóstico positivo para a covid-19, enquanto 3,1% dos magistrados e 3,6% dos servidores acreditam ter sido infectados, embora sem diagnóstico. Considerando a semana de encerramento do preenchimento dos questionários, à época o Brasil registrava 2.074.860 de infectados (BRASIL, 2020), o que corresponde a 1% da população.

O modelo de regressão logística adotado permitiu demonstrar alguns indicadores e fatores que aumentam a probabilidade de contágio, entre eles estão: cargo, idade, raça/cor, local onde vive, tipo de isolamento assim como condições de saúde e de residência, que interferiram na probabilidade de os servidores e magistrados terem tido diagnóstico positivo para covid-19. Cabe lembrar que os números podem ser impactados em razão do alto índice de exames falsos negativos, bem como pela baixa testagem que ocorre no Brasil.

Também foi possível perceber que parcela relevante apontou não ter havido mudanças significativas no quadro de saúde no período da pandemia, embora identifiquem sentir mais cansaço, ter aumento de sintomas como alterações da rotina do sono e mudança de peso, e sentir com maior frequência emoções negativas, como medo e desânimo.

Mesmo com emoções positivas sendo apresentadas conjuntamente, os respondentes demonstraram ter medo de familiares do grupo de risco falecerem ou medo de eles próprios adoecerem e de contagiarem outras pessoas. Com relação ao acesso aos serviços de saúde, magistrados e servidores ou não precisaram acessar tais serviços ou, quando acessaram, não identificaram qualquer dificuldade.

O trabalho remoto, que muito rapidamente tornou-se realidade de grande parte do Poder Judiciário, apresentou seus desafios. Embora predominantemente entenda-se ser compatível com as atividades realizadas, neste período da pandemia, mesmo com igual demanda de trabalho, há percepção de que são necessárias mais horas do dia para realizá-las. Sendo ainda acumulada com tarefas domésticas que vão desde limpeza até o preparo de refeições.

Por fim, para que sejam retomadas as atividades presenciais, grande parte dos respondentes entende ser necessária a adoção de diversas medidas, tais como o fornecimento dos equipamentos de segurança (máscara, álcool em gel etc.), manutenção em trabalho remoto de pessoas do grupo de risco ou que residem com pessoas de grupo de risco, testagem prévia e rodízio entre aqueles que retornarem ao ambiente de trabalho.

Espera-se com este relatório apresentar subsídios e informações técnicas suficientes ao Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário e, assim, contribuir para o bem-estar de magistrados/as e servidores/as, de modo a permitir planejar medidas de melhorias do trabalho remoto e de possíveis fatores de atenção para o retorno das atividades presenciais.

Referências bibliográficas

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional. Coord. Laerte Sznelwar [et al.]. – Brasília: Conselho Nacional de Justiça, Fundação Vanzolini, 2015.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Questionário de Saúde. Brasília: CNJ, 2015.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Saúde de magistrados e servidores: Resolução CNJ n. 207/2015. Brasília: CNJ, 2017.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. Saúde de magistrados e servidores: Resolução CNJ n. 207/2015. Brasília: CNJ, 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia covid-19**: recomendações para gestores. Brasília: Fiocruz, Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doença pelo coronavírus covid-19. **Boletim Epidemiológico Especial**, Brasília, v. 1, jul. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/July/22/Boletim-epidemiologico-COVID-23-final.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2020

Anexos

Questionário aplicado

 Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 06/2016 do Conselho Nacional de Justiça, solicita sua participação na pesquisa "Saúde Mental de magistrados e servidores no contexto da pandemia da COVID-19".

Este questionário se destina a magistrados/as e servidores/as do Poder Judiciário e tem como objetivo identificar possíveis fatores de risco à saúde mental considerando o atual contexto da pandemia da COVID-19, bem como situações de isolamento ou confinamento social a que se veem submetidos, como forma de prevenção ou contenção do contágio.

O intuito desta pesquisa é contribuir para o bem-estar de magistrados/as e servidores/as, por meio de recomendações aos Tribunais, sobre medidas de melhorias do trabalho remoto e fatores de atenção para o retorno das atividades presenciais.

A participação será anônima, sigilosa e voluntária. Os resultados serão apresentados de forma agregada, sem possibilidade de identificação dos/as respondentes e será de acesso público no site do Conselho Nacional de Justiça.

O questionário é de fácil preenchimento e poderá ser respondido em apenas 5 a 10 minutos.

IDENTIFICAÇÃO

1. Em qual segmento de justiça você atua?

- Tribunais Superiores (STF, STJ, TST, TSE, STM)
- Conselhos
- Justiça Estadual
- Justiça Federal
- Justiça do Trabalho
- Justiça Eleitoral
- Justiça Militar Estadual
- Justiça Militar da União (auditorias militares)

2. Em qual unidade da Federação está lotado/a? [lista de UFs]

3. Você reside em:

- capital
- região metropolitana
- interior

4. Sexo:

- feminino
- masculino

5. Qual sua cor ou raça?

- preta
- parda
- branca
- amarela (origem oriental)
- indígena

6. Qual sua idade? ____

7. Você é portador de deficiência?

- sim
- não

8. Pertence ao grupo de risco da doença COVID-19? Se sim, assinale os motivos.

- não
- sim, pressão alta
- sim, diabetes
- sim, cardiopatia
- sim, doença respiratória (asma, DPOC etc.)
- sim, câncer
- sim, obesidade
- sim, idoso
- sim, gestante
- sim, outros.
Especifique: _____

9. Você foi diagnosticado com COVID?

- Sim, comprovado por meio de exame molecular, sorológico ou testagem rápida
- Acho que sim, mas não fiz exames
- Acho que não, mas não fiz exames
- Não

10. Você é:

- solteiro/a
- casado/a ou em união estável com pessoa de outro sexo
- casado/a ou em união estável com pessoa de mesmo sexo
- divorciado/a ou separado/a
- viúvo/a

11. Quantas pessoas residem em sua casa? ____

12. Possui dependentes/s? Preencha todas as alternativas aplicáveis.

- Não possuo dependentes
- Sim, de até 5 anos. Quantos: ____
- Sim, de 6 a 10 anos. Quantos: ____
- Sim, de 11 a 15 anos. Quantos: ____
- Sim, com 16 anos ou mais.
Quantos: ____

13. Reside com pessoa/s que exige/m rotinas de cuidados suas?

- () não
- () pessoa com deficiência
- () pessoa idosa
- () pessoa acometida por doença
- () outros

14. Qual sua carreira?

- () magistrado/a
- () servidor/a do quadro efetivo do Poder Judiciário
- () servidor/a do Executivo ou Legislativo cedido ao Poder Judiciário
- () servidor/a do Poder Judiciário comissionado sem vínculo

15. Qual o ano de posse no cargo que ocupa atualmente? _____

CASO RESPONDA AS OPÇÕES 1 A 3 DA QUESTÃO 14

16. No concurso, você foi aprovado para as vagas destinadas às pessoas:

- Com deficiência sim não
Negras sim não

SE MAGISTRADO:

17. Qual seu cargo atual?

- () Ministro/a
- () Conselheiro/a
- () Desembargador/a
- () Juiz/a Titular
- () Juiz/a Substituto/a
- () Juiz/a Substituto/a de 2º grau
- () Juiz/a auxiliar em apoio ao tribunal/conselho
- () Juiz/a Eleitoral da classe dos advogados

SE SERVIDOR:

18. Antes do início da pandemia, trabalhava com atendimento ao público?

- () sim
- () não

CONDIÇÕES DE PREVENÇÃO OU DE CONTENÇÃO DO CONTÁGIO

19. Como está sendo realizado seu trabalho durante a pandemia da COVID-19?

- () integralmente remoto
- () predominantemente remoto e ocasionalmente presencial
- () predominantemente presencial e ocasionalmente remoto
- () integralmente presencial

20. Na sua opinião, a atividade que antes desempenhava era compatível com o trabalho remoto?

- () totalmente compatível
- () em parte compatível
- () não compatível

21. Como está seu grau de isolamento social:

- () nunca ou raramente saio de casa
- () saio de casa, em média, de 1 a 2 vezes por semana
- () saio de casa, em média, de 3 a 4 vezes por semana
- () saio de casa, em média, 5 ou mais vezes por semana

22. Você vem fazendo uso das recomendações de segurança sanitária para evitar o contágio? Assinale todas as alternativas aplicáveis.

- () usar luvas quando está fora de casa
- () usar máscaras de proteção quando está fora de casa
- () manter o distanciamento recomendado quando está fora de casa
- () observar o distanciamento quando dentro de casa
- () lavar frequentemente as mãos
- () fazer uso frequente do álcool em gel nas mãos
- () evitar aglomeração de pessoas (elevador, transporte, espaços públicos etc.)
- () não tocar o rosto
- () limpar objetos com álcool em gel ou produtos desinfetantes
- () nenhuma das opções

23. Durante a pandemia da COVID-19, teve alguma dificuldade (pessoal ou para alguns de seus dependentes legais) de acesso a algum dos serviços abaixo? Assinale todas as alternativas aplicáveis.

- serviços de saúde pública (hospital público, UPA, posto de saúde etc.).
- serviço de saúde suplementar (clínicas, laboratórios, hospitais particulares etc.)
- liberação do plano de saúde para realização de procedimentos
- tratamento médico que já realizava
- início de tratamento médico
- tratamento psicológico que já realizava
- início de tratamento psicológico
- tratamento odontológico que já realizava
- início de tratamento odontológico
- testagem para covid-19 pela rede pública (molecular, sorológica ou testagem rápida)
- testagem para covid-19 pela saúde suplementar (molecular, sorológica ou testagem rápida)
- vacina na rede pública
- vacina em clínicas privadas
- procurei, mas não tive qualquer dificuldade de acesso aos serviços acima listados
- não procurei por nenhum dos serviços acima listados

24. Durante a pandemia da COVID-19, quais são as **quatro principais atividades que estão tomando a maior parte do seu tempo?**

- trabalho
- cuidado com filhos/as e/ou criança/s por quem sou responsável
- cuidado com familiar (idoso, pessoa com deficiência, enfermo) por quem sou responsável
- preparação das refeições
- limpeza (casa, roupas etc.)
- compras (de alimentos, materiais de limpeza e outros itens de necessidade)
- estudos (não relacionados diretamente ao trabalho)
- exercício físico
- busca por informações (noticiários de TV, textos informativos etc.)
- atividades de lazer e/ou hobbies
- manutenção do vínculo social (encontros virtuais e redes sociais)
- demais cuidados domésticos não relacionados acima
- outros

CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO REMOTO

25. Durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia da COVID-19, você avalia que o volume de trabalho recebido?

- está maior que no período anterior à pandemia
- está igual ao do período anterior à pandemia
- está menor que o período anterior à pandemia

26. Durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia da COVID-19, como você avalia a disponibilização de horas para a realização das atividades relacionadas diretamente ao trabalho?

- tenho dedicado mais horas do dia
- tenho dedicado igual quantidade de horas do dia
- tenho dedicado menos horas do dia

27. Considerando o retorno do funcionamento no formato presencial, quais das iniciativas abaixo você gostaria que fossem tomadas para se sentir seguro/a na retomada do trabalho?

- fornecimento pelo tribunal de equipamentos de segurança (máscaras, álcool em gel etc.)
- estabelecimento de rodízio entre servidores que trabalham no mesmo ambiente
- manter servidores em trabalho remoto quando considerados grupo de risco
- manter servidores em trabalho remoto quando morarem com familiares ou pessoas a seus cuidados que são considerados grupo de risco
- fornecimento de testagem prévia a todos antes da retomada do trabalho presencial
- fornecimento de mais informações e conscientização de servidores, magistrados e demais profissionais
- não me sinto à vontade para voltar ao trabalho presencial mesmo que sejam atendidas iniciativas como as listadas acima
- não acho necessário que seja tomada qualquer iniciativa

CONDIÇÕES DE SAÚDE

28. Como avalia seu estado de saúde geral em comparação às suas condições antes da pandemia?

- piorou muito
- piorou um pouco
- permanece igual
- melhorou um pouco
- melhorou muito

29. Como você tem se sentido, comparando com a situação antes da pandemia:

- mais cansado
- igualmente cansado
- menos cansado

30. Você já apresentava as seguintes condições de saúde antes da pandemia? Assinale todas as aplicáveis.

- tratamento de saúde com uso regular de medicamentos
- tratamento psicológico e/ou psiquiátrico por necessidade de atenção contínua, sem uso de medicação
- tratamento psicológico e/ou psiquiátrico por necessidade de atenção contínua, com uso de medicação
- nenhuma das anteriores

31. Durante a pandemia da COVID-19, você tem sentido com maior frequência algum destes sintomas que não sentia antes? Assinale todas as aplicáveis.

- dor de cabeça
- dificuldade de concentração e/ou de memória
- sensação de cansaço e/ou sonolência durante o dia
- mudança de apetite
- mudança de peso
- alterações da rotina do sono
- pesadelos ou sonhos ruins
- dores musculares e físicas em geral
- taquicardia ou pressão no peito
- enjoos
- mudanças no ciclo menstrual
- nenhum desses sintomas

32. Você tem sentido algum destes temores em razão das mudanças nas condições de vida causadas pela COVID-19? Assinale todas as aplicáveis.

- adoecer
- faltar tratamento ou vacina
- ter sequelas da doença
- contagiar outras pessoas
- vir a falecer
- familiares considerados de risco adoecerem e/ou virem a falecer
- não tenho nenhum temor
- outros. Especifique:

33. Você considera que, durante o período da pandemia, seu humor mudou?

- mudou significativamente para pior
- mudou um pouco para pior
- não mudou
- mudou um pouco para melhor
- mudou significativamente para melhor

34. Assinale até três sentimentos que você tem sentido com maior frequência ou maior intensidade durante o período da pandemia.

- medo
- esperança
- pensamentos negativos
- gratidão
- raiva e/ou irritação
- indiferença
- otimismo
- desânimo
- energia e/ou motivação
- tristeza e/ou melancolia
- alegria e/ou bom humor
- desconexão e/ou isolamento
- tranquilidade e/ou serenidade
- desespero
- vontade de ajudar
- nenhuma das anteriores

35. Durante a pandemia, você fez ou está fazendo uso de alguma rede de apoio para pedir conselho ou buscar consolo? Assinale todas as aplicáveis.

- familiares
- amigos
- conhecidos e vizinhos
- busco apoio de líderes religiosos que conheço
- busco apoio espiritual (orações, meditações etc.)
- tenho recebido atenção psicológica e/ou médica
- guardo o que sinto
- nenhuma das anteriores

Lista de figuras e tabelas

Figura 1 – Número de respondentes por segmento de justiça	11
Figura 2 – Percentual de respondentes conforme a carreira	12
Figura 3 – Percentual de respondentes por sexo	12
Figura 4 – Percentual de respondentes por raça/cor	13
Figura 5 – Percentual de respondentes por estado civil	13
Figura 6 – Percentual de respondentes por faixa etária	13
Figura 7 – Percentual de respondentes conforme o perfil informado	14
Figura 8 – Percentual de respondentes conforme o diagnóstico de covid-19	15
Figura 9 – Percentual de respondentes conforme pertencimento a grupo de risco	15
Figura 10 – Percentual de respondentes conforme o número de pessoas que residem na residência	16
Figura 11 – Percentual de respondentes conforme residência com pessoa que exige cuidados diários	16
Figura 12 – Percentual de respondentes por grau de isolamento social	17
Figura 13 – Percentual de respondentes conforme as medidas para evitar o contágio	17
Figura 14 – Percentual de respondentes conforme as condições de saúde antes da pandemia	18
Figura 15 – Percentual de respondentes que foram diagnosticados com covid-19 ou acham que foram infectados pela doença, conforme o perfil informado	19
Figura 16 – Chance de ser infectado pela covid-19 em relação ao perfil de referência	21
Figura 17 – Percentual de respondentes conforme a percepção da saúde geral antes da pandemia	22
Figura 18 – Percentual de respondentes conforme a percepção de seus sentimentos em relação ao período anterior à pandemia	23
Figura 19 – Percentual de respondentes conforme a percepção da mudança de humor durante a pandemia	23

Figura 20 – Percentual de respondentes conforme a percepção da saúde geral, dos sentimentos e das mudanças de humor durante a pandemia	24
Figura 21 – Percentual de respondentes conforme a percepção de sintomas com maior frequência durante a pandemia	25
Figura 22 – Percentual de respondentes conforme a percepção de sentimentos com maior frequência durante a pandemia	26
Figura 23 – Percentual de respondentes por tipo de sentimento durante a pandemia	26
Figura 24 – Percentual de respondentes conforme os temores em razão das mudanças nas condições de vida causadas pela covid-19	27
Figura 25 – Percentual de respondentes conforme a rede de apoio utilizada para pedir conselho ou buscar consolo durante a pandemia	27
Figura 26 – Percentual de respondentes conforme a dificuldade de acesso a serviços durante a pandemia	28
Figura 27 – Percentual de respondentes que trabalhavam com atendimento ao público antes do início da pandemia	29
Figura 28 – Percentual de respondentes conforme a compatibilidade das atividades com o trabalho remoto	29
Figura 29 – Percentual de respondentes conforme a realização do trabalho durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia	30
Figura 30 – Percentual de respondentes conforme o volume de trabalho recebido durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia	31
Figura 31 – Percentual de respondentes conforme a disponibilização de horas para realização das atividades relacionadas diretamente ao trabalho durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia	31
Figura 32 – Percentual de respondentes conforme a realização do trabalho e do volume de trabalho durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia	32
Figura 33 – Percentual de respondentes conforme a realização do trabalho e disponibilização de horas para realização das atividades relacionadas diretamente ao trabalho durante o trabalho remoto estipulado em decorrência da pandemia	32
Figura 34 – Percentual de respondentes conforme as principais atividades que tomam o maior tempo durante a pandemia	33
Figura 35 – Percentual de respondentes conforme as iniciativas que gostaria que fossem tomadas para se sentir seguro na retomada do trabalho presencial	34
Tabela 1 – Estatísticas do modelo de regressão logística	20



SAÚDE MENTAL
E COVID-19